



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
REPOSITÓRIO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INTELECTUAL DA UNICAMP**

Versão do arquivo anexado / Version of attached file:

Versão do Editor / Published Version

Mais informações no site da editora / Further information on publisher's website:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/RUA/article/view/8642454>

DOI: 10.20396/rua.v21i2.8642454

Direitos autorais / Publisher's copyright statement:

©2015 by UNICAMP/NUDECRI/LABEURB. All rights reserved.

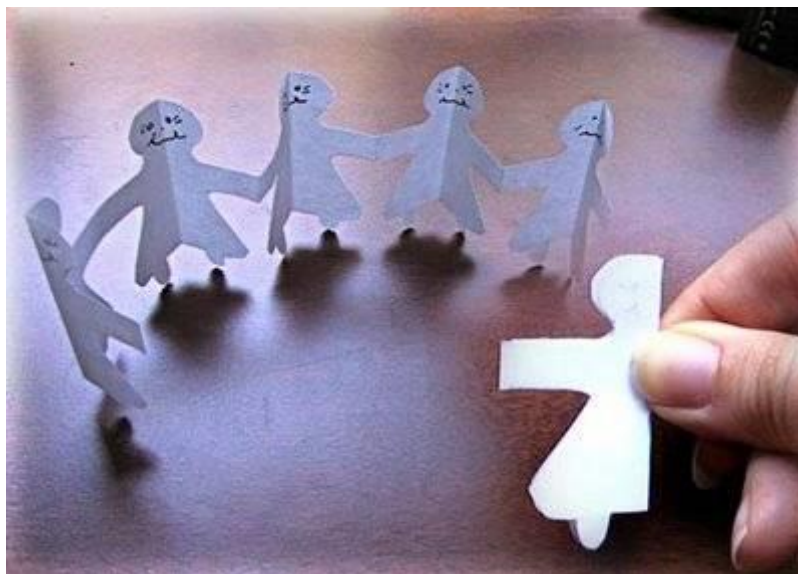
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Cidade Universitária Zeferino Vaz Barão Geraldo

CEP 13083-970 – Campinas SP

Fone: (19) 3521-6493

<http://www.repositorio.unicamp.br>



Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa

Language and social education: the relation subject, individual and person

Eni Puccinelli Orlandi¹

Resumo: Distinguindo as noções de sujeito, indivíduo e pessoa, procuramos mostrar como a relação estabelecida pela escola, na busca do que se tem chamado ensino e transmissão do conhecimento, afeta o sujeito no imaginário social em que ele ocupa uma posição. O que resulta desse processo de sua formação como pessoa, em uma sociedade marcada pela divisão, pela diversidade: a repetição ou outras posições que vão materializar outros lugares na formação social? Assim interrogamos o que pode ser considerado como acessibilidade na conjuntura social, em que vivemos, se considerarmos a educação social, pensando também a resistência.

Palavras-chave: pessoa, educação social, deficiência, formação, discurso.

Summary: Distinguishing the notions of subject, individual and person, we try to show how the relation established by the school, in search of what has been called teaching and transmission of knowledge, affects the subject in the social imaginary in which he occupies a position. What results from this process of its formation as a person in a society marked by division, for diversity: repetition or other positions that will materialize elsewhere in the social formation? Therefore, we question what can be considered as accessibility in the social environment in which we live, if we consider the social education also thinking resistance.

Keywords: person, social education, deficiency, formation, discourse

¹ Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem na UNIVÁS (MG), professora colaboradora da pós-graduação no IEL e pesquisadora do Labeurb/Unicamp. Email: enip@uol.copm.br. Endereço: Labeurb – Laboratório de Estudos Urbanos - Nudecri/Cocen/Unicamp Caixa Postal 6166 Campinas/SP – Brasil. CEP: 13083-892

Introdução

A prática docente é decisiva para a maneira como os alunos vão se significar para si e para os outros, logo, em relação ao modo como a sociedade os significa.

Para compreender este processo de significação que articula ensino, conhecimento e sociedade, através da relação professor e aluno, temos que observar que, nesta relação, está presente o Estado, enquanto articulador do simbólico com o político, e a ideologia que faz parte do processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Cabe aqui uma reflexão específica, do ponto de vista destas relações, que apontamos acima, sobre o modo como estamos considerando o sujeito, o indivíduo e a pessoa, em sua conceituação e enquanto distintas denominações. É importante observar, ainda, que as estamos considerando, tendo como tema de reflexão a diversidade, a deficiência e, como veremos mais à frente, a acessibilidade, tal como a re-definiremos.

Estas três noções – *sujeito, indivíduo e pessoa* – são fundamentais quando pensamos a formação de professores que trabalham com a diversidade, a deficiência, a acessibilidade. Isto porque, embora distintas, uma está necessariamente ligada à outra em sua constituição e produzem seus efeitos na produção dos diferentes sentidos que adquirem sejam os sujeitos na prática *da* formação e/ou sejam os sujeitos *em* formação. Neste texto, estaremos, pois, atentos a esta particularidade do ensino praticado por docentes que trabalham com a diversidade, com a deficiência e a acessibilidade.

Sujeito e forma sujeito histórica

Consideremos, inicialmente, o processo de constituição do sujeito. Como tenho proposto em minhas reflexões, o indivíduo (piscobiológico) – que cada um de nós é, quando nascemos - afetado pelo simbólico (mais especificamente pela língua, se estamos pensando o discurso pedagógico), é *interpelado em sujeito pela ideologia* (PÊCHEUX, 1975). Merece atenção, aqui, que, na perspectiva discursiva, o sujeito resulta da interpelação do *indivíduo* pela ideologia. É assim que, segundo M. Pêcheux (idem), pode-se falar em sujeito sem colocá-lo como origem de si. De-centrando-o, portanto. Desse modo é que se constitui o sujeito, que é base da forma sujeito histórica da nossa sociedade: *a forma sujeito capitalista*, ideologicamente constituída e historicamente determinada.

Na constituição do sujeito, em sua forma histórica, temos a articulação entre língua e história: a língua que, na perspectiva discursiva, não é vista como um sistema fechado nele mesmo, mas sujeito a falhas, inscreve-se, com suas falhas, na história produ-

zindo os sentidos. No mesmo processo em que temos, de um lado, a constituição dos sujeitos, temos, de outro, a dos sentidos. Com efeito, sujeitos e sentidos se constituem ao mesmo tempo. Mas a maneira como o próprio sujeito se constitui, pela ideologia, e os sentidos, pela inscrição da língua na história, não é transparente, nem para os próprios sujeitos nem para a sociedade. É a isto que chamamos materialidade do sujeito e dos sentidos.

Vale reafirmarmos aqui que assim é que compreendemos o que a análise de discurso chama “assujeitamento”: para ser sujeito *de*, o indivíduo, afetado pelo simbólico, está sujeito à ideologia, ou seja, é interpelado pela ideologia, fazendo funcionar o imaginário² que na liga a nossas condições reais de existência. Se nascêssemos na Idade Média, seríamos sujeitos medievais, e não capitalistas, e teríamos outra forma histórica e outros modos de constituição (pela religião, por exemplo, e não pelo direito).

A ideologia, vista pela perspectiva discursiva, é a responsável, não pela ocultação, mas pelo *efeito de evidência*, produzido pela interpretação: por este efeito, “diferente” nos parece significar “diferente”, tal como interpretamos, como se fosse evidente o seu sentido. Ora, na realidade, diferente significa de um jeito em certas condições de produção, e, em outras condições, pode significar de maneira totalmente distinta. Para uma pessoa com deficiência, por exemplo, a palavra “diferente”, dita a seu respeito, pode estar significando algo que não vai significar para outra pessoa, em outras condições. Sujeitos e sentidos, constituem-se, pois, em processos complexos em que entram a ideologia, o imaginário social, o político visto como divisão do sujeito, dos sujeitos entre si. Do mesmo modo, sabemos que as relações sociais, no sistema capitalista, não só produzem a divisão como a dissimetria, a hierarquização, face ao sentido e ao modo de se significar o sujeito dependendo, assim, das condições em que são produzidos: quem produz, para quem produz, em que situação. Há simbolização das relações de poder, que administram a sociedade, e desse modo investe-se na atribuição de valores às diferenças. Tudo envolvido por formações imaginárias, relações de força, relações de sentidos e efeitos da memória discursiva, ou seja, o saber discursivo que funciona como uma rede estruturada pelo esquecimento. Saber discursivo que não é infenso ao modo como a ideologia está projetada no discurso, funcionando em um entranhado jogo de formações discursivas.

² São formações imaginárias, ou seja, imagens, que nos relacionam com a realidade, por exemplo: a imagem que se faz, em nossa sociedade, de uma pessoa com deficiência, imagem que se faz de um negro, imagem que se faz de uma mulher quando se trata de pedir um emprego etc.

Processo de constituição do sujeito: interpelação pela ideologia e individuação pelo Estado

Retomando alguns aspectos de uma teorização que temos elaborado, podemos observar o trajeto do processo de constituição do sujeito em seus dois momentos principais: o da interpelação do indivíduo pela ideologia e o da individuação da forma sujeito pelo Estado (ORLANDI, 2001). É na individuação do sujeito que incide o modo como a instituição escola e seus discursos o produzem como tal, estabelecendo as condições para seu processo de identificação com este ou aquele sentido, esta ou aquela posição sujeito na sociedade e na história.

O momento da individuação do sujeito, em seus diferentes modos, é crucial para a relação do Estado com o sujeito e deste com seu processo de identificação, pois daí resultam os diferentes sentidos trabalhados em sua formação e o modo como ele vai se inscrever em diferentes formações discursivas: *repetição e diferença aí jogam o jogo da identificação, constituindo identidades*. Este sujeito, individuado pela instituição escola e os discursos do ensino que nela circulam, vai se identificar, por sua inscrição em uma formação discursiva, com a posição-sujeito que constitui a pessoa com deficiência ou pela repetição do imaginário social que o segrega da sociedade em que vive, ou vai se firmar na posição sujeito social com suas práticas afirmativas e transformadoras de sua condição, dado o espaço de significação que lhe será propiciado (ou não), em sua individuação, e em que ele poderá se significar de outras maneiras, não estabilizadas no imaginário social.

A interpelação pela ideologia preside a sua individuação pelo Estado, que, na articulação do simbólico com o político, administra as relações de poder na sociedade, e, conseqüentemente, a gestão das relações de forças e de sentidos.

Os diferentes modos de individuação do sujeito pelo Estado, *através das instituições e discursos*, resultam, como sabemos, em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, *com direitos e deveres, e livre circulação social*. Esta é a sua forma sujeito histórico: o sujeito do capitalismo. É este sujeito, individuado, que vai entrar no processo de identificação. Este não é o indivíduo psicobiológico, mas o que já sofreu a interpelação ideológica e a ação do Estado. Trata-se do indivíduo em seu estatuto *sóciopolítico*.

Temos considerado, discursivamente, que a identidade não é uma essência que carregamos, ela resulta de *processos de identificação*. O sujeito individuado inscreve-se, por suas práticas simbólicas, em uma ou outra formação discursiva, *identificando-se com este ou aquele sentido, constituindo-se em uma ou outra posição sujeito na formação social* (patrão, empregado, traficante, aluno, pessoa com deficiência, ou professor, etc. com seus sentidos.).

Em uma posição em que levamos em conta não só o imaginário social, mas também as condições de produção dos sujeitos e dos sentidos, podemos dizer que não se nasce intolerante, torna-se intolerante, ou não se nasce aluno, torna-se aluno, e, do mesmo modo, *não se nasce uma pessoa com deficiência* (o que isto significa?) *torna-se pessoa com deficiência* em um *processo* que envolve o indivíduo, seu assujeitamento, sua individuação pelo Estado, as imagens que o envolvem socialmente, e o modo como ele se identifica e é identificado, significado, etc. A forma, portanto, como este sujeito é individuado e se identifica ou é identificado como pessoa com deficiência resulta de um longo e complexo processo de significação, de identificação, em que ele é falado, significado, pela ideologia que o interpela e pelas instituições e discursos que o dizem. Entre as instituições que promovem este processo está a Escola e o ensino.

Daí, torna-se importante pensar a educação, como educação social, pois é neste processo de socialização que o indivíduo, posto na relação da escola e do conhecimento, elabora-se em suas possibilidades de sentidos e de sua identificação, entre elas, a de sua posição-sujeito pessoa com deficiência.

Tenho procurado distinguir o que é *formação* e o que é *capacitação* (qualificação, habilitação etc), no processo de ensino face à sociedade. Meus estudos e análises (ORLANDI, 2014) me levam a afirmar que o bom ou mau aluno o é por *constituição* e não por *natureza*. E isto, para mim, é que implica a *formação*. A imagem que o aluno tem de si é constituída, entre outros, por este ou aquele professor, nestas ou aquelas circunstâncias, ou condições de produção, que estão presentes na sua relação com o conhecimento, no imaginário social em que vive. Não há homogeneidade, ou unicidade de sentidos nem para o aluno nem para o professor. E a forma como se pratica a *formação* (ou então a *capacitação*) qualifica, a meu ver, esta questão, constituindo este ou aquele professor, portanto com consequências para a formação (ou a mera capacitação) deste ou aquele aluno. Isto significa que *os sentidos sempre podem ser outros* no processo

educacional que resulta na conformação de sujeitos sociais diferentes. A capacitação o adapta³, a formação, o transforma.

Muitas vezes, tem-se confundido a *determinação* das condições históricas de constituição dos sujeitos, e dos sentidos, com *determinismo*. É preciso não confundir a noção de determinação (que é histórica e faz com que haja tanto a possibilidade da repetição como a de deslocamento) com o determinismo (biológico, antropológico etc), que se produz como inexorável (relação de causa e efeitos sem falhas).

A falha, a falta, a segregação e a resistência

O Estado capitalista é *estruturado pela falha*, produzindo a *falta* e, em consequência a *divisão*, a *diferença* que, pelo funcionamento da ideologia em uma sociedade hierarquizada, cujas relações são dissimétricas, configurando-se como relações de força, e de poder, simbolizadas, produzem a *segregação* (preconceito). Faltam instituições e discursividades que estejam disponíveis para todos os indivíduos: *dividem-se* assim os que estão (e os que não estão) na escola, os que têm fluência em diferentes discursos (e os que não têm), os que têm trabalho (e os que não têm), os que têm casa (e os que não têm etc), os que dispõem de seu corpo sem obstáculos (e os que não o fazem). Esta falha, no entanto, pode ser tanto o lugar em que o indivíduo *submerge na falta* e é segregado, ou *resiste*, dadas as condições que abrem a falha para o possível, e encontra outros sentidos, define-se em outra posição sujeito. O sujeito não resiste por “mágica”, ou por voluntarismo, mas por condições que abrem para ele um espaço politicamente significado em que os sentidos podem ser outros.

A noção de Pessoa

A noção de pessoa se faz necessária nesta reflexão. Em minhas buscas etimológicas, encontrei a afirmação de que *Pessoa* é um vocábulo provavelmente de origem etrusca do qual proveio o termo em latim *persona*, que originalmente significava a “máscara, figura, personagem de teatro, papel representado por um ator”, e daí assumiu o sentido geral de “*ser humano*”. Entre os juristas romanos passou a designar “*ser que tem direitos e obrigações*”. Pessoa física ou natural, dizem eles, “*é o ser humano considerado como sujeito de direitos e obrigações*”, que para receber essa denominação de pessoa, basta nascer com vida, e desse modo adquirir personalidade. O “natural” aí, não posso deixar de observar, é resultado da história e da forma histórica do sujeito no capitalismo.

³ Para a questão da adaptação, cf. Pfeiffer, C. (2010 e 2011).

Temos assim, na pessoa, uma relação que se produz entre sujeito de direito e desigualdades sociais. Em alguns casos, intervém aí a resistência.

A figura do *sujeito de direito* não deixa de ser polêmica e muitas vezes sujeita a críticas. Existem estudos que a atacam sob o argumento de que ela legitima o sistema capitalista, escondendo desigualdades sociais, exploração e dominação, amparado por uma suposta ideia de igualdade e liberdade para todos. Dessa maneira, se pensamos que esta qualificação pelo direito faz parte do modo como o sistema capitalista sustenta-se e administra a forma sujeito histórica, é no processo de individuação destes sujeitos pelas instituições – entre elas a escola – e discursos, que temos a possibilidade de praticar a formação como lugar de resistência, de elaboração, de formulações outras, onde sentidos outros podem trabalhar os processos de identificação e de significação relativamente aos sujeitos.

A noção de pessoa, entretanto, já vem pronta. Se é uma pessoa, logo um ser humano *dotado* de direito e de obrigações.

Por isso é que, quando se pensa na educação da pessoa, pensa-se sua inserção social como uma inserção para obter “informações” para que ela possa reivindicar seus direitos. Educação aí, é capacitação dessa pessoa para adquirir cidadania (ser um consumidor incluído), através das informações. E daí também deriva o sentido de acessibilidade: acesso a informação = acesso à cidadania = inclusão⁴.

Democracia, Igualdade, Liberdade

A noção de democracia, que faz parte da ideologia dominante em um sistema como o nosso, e que, em nosso imaginário, vem sustentada na ideia de igualdade econômica, política, jurídica e cultural, traz ainda junto a questão da liberdade, que, segundo Tocqueville (1987, 3ª ed.), é o poder moral da pessoa humana e seu dever e direito de encarregar-se de si mesma, não deixando a ninguém essa prerrogativa.

Ainda segundo este autor, a igualdade extrema, a uniformidade, produz a tirania da maioria, o individualismo exacerbado e o despotismo. “*A mínima dessemelhança parece chocante no seio da uniformidade geral; seu aspecto torna-se cada vez mais insuportável à medida que a uniformidade se vai tornando completa*” (*idem*, p.234). Daí se propor que uma sociedade democrática, não despótica, exige uma liberdade vigilante, em um processo contínuo. Já, em outra perspectiva, a do individualismo, afirma-

⁴ Em outros trabalhos, em especial E. Orlandi (2013, 2014) pode-se ler nossa posição como crítica à inclusão como tal.

se que cada membro da espécie humana é único e insubstituível. Não há oposição entre indivíduo e sociedade, e o indivíduo deve ter condições para vir a ser o que é, de realizar-se, de pensar por conta própria e de tomar suas decisões. Nesta perspectiva, a razão é um princípio fundamental. Mas não paramos aí, nas possibilidades de se pensar esta relação: intelectuais pós-modernos, diferentemente, apontam a razão como raiz de todos os males (ACSERALD, 2008).

Estes discursos parecem falar de um sujeito universal em que não temos o político, nem a ideologia. No entanto, é importante, nesta linha de reflexão, considerarmos que vivemos no sistema capitalista, em que a razão é a razão capitalista. O que nos leva a perguntar o que é democracia, o que é igualdade, o que é liberdade para este sistema. No capitalismo, o indivíduo não é visto como pessoa pensante, capaz de decidir e participar, mas como consumidor potencial. A educação aparece como um déficit a ser corrigido, na busca do desenvolvimento, que é significado pelo acesso ao trabalho e ao mercado.

Por seu lado, as políticas públicas distinguem as posições-sujeito em suas práticas sociais, pelo corpo, pela situação econômica e social, pela localização geográfica. Disto resulta que a educação torna-se só uma questão de capacitação, de treinamento para adaptar os sujeitos a estas divisões, sem, no entanto, desorganizar os seus modos de discriminação⁵.

Transformar este estado de coisas, este funcionamento ideológico, interrogar o que é dito, neste imaginário social, como democracia, como igualdade, só pode se dar em uma relação com uma forma de conhecimento que pense uma relação dinâmica entre indivíduo (sujeito individuado) e sociedade (ORLANDI, 2013). Isto porque, segundo o que pensamos, a instituição não trata com sujeitos, mas com indivíduos no sistema capitalista, que é seu modo de serializar, dividir os sujeitos em suas relações. Para formar grupo, este indivíduo precisa deslizar para a posição-sujeito, pois é na posição-sujeito que este indivíduo, assim serializado pela sociedade capitalista, pode tornar-se parte de um grupo social, encontrar-se objetivos comuns, e identificar-se, resistindo (ou não).

⁵Importa aqui afirmarmos algo que, em geral, tem passado sem discussão: se existe a corrupção é porque o corruptor encontra-se com o corrompido. Também se existe a intolerância é porque há o intolerante. Nossa questão é justamente compreender o processo de produção desse sujeito intolerante. E aí encontramos os discursos e as instituições em seu funcionamento, através de suas práticas. E, mais uma vez, reafirma-se o caráter social da educação, que é o que estamos procurando acentuar ao falar em “educação social”.

Como o capitalismo divide e atribui sentidos discriminatórios às diferenças, uma educação que se quer diferente navega em pleno na contradição.

Aqui podemos considerar a questão da diferença quando se trata do corpo. A da pessoa com deficiência, como referimos. Para tratar desta questão, que implica a materialidade do sujeito com seu corpo e sentidos, podemos compreender a definição do corpo, considerando a produção de um imaginário, na interpelação ideológica do indivíduo em sujeito em sua materialidade, e nos modos de sua individuação que presidem seu processo de identificação: posição-sujeito pessoa com deficiência. Temos, assim, a pessoa, ou seja, como dissemos acima, o ser humano já “dotado” de direitos e obrigações. Neste caso, pensando a materialidade do sujeito, o corpo é o corpo vivido pelo sujeito nas suas condições sócio-históricas. Podemos dizer que este sujeito, a pessoa com deficiência, se significa, no corpo a corpo com a formação social. Assim, é preciso que o processo de formação deste sujeito, o confronto com a ilusão do democratismo, pela tomada em conta da sociedade dividida que estabelece as formas de significar, em que as diferenças podem ser, e, nestas condições frequentemente o são, significadas como deficiência, logo, como o a-menos.⁶ As relações sociais são relações de poder, simbolizadas, ou seja, politicamente significadas. Desse modo, a questão da educação da pessoa com deficiência não escapa ao político e às relações sociais que são assim simbolizadas. É nesse processo de simbolização e nessas relações políticas significadas que a posição-sujeito pessoa com deficiência se inscreve no processo de ensino.

Formação e Cidadania: acessibilidade social, mobilidade política e histórica

Como tenho afirmado ao longo de minhas reflexões, somos cidadãos por nascimento: nascemos em uma República e, por lei, por direito de nascença, somos cidadãos. Já para nos *qualificarmos* como cidadãos – condição que é posta pelo sistema capitalista com suas instituições, entre elas a de conhecimento - não nos bastam informações, mas *acessibilidade social, mobilidade política e histórica*. E estas só podem ser propiciadas, segundo o que proponho, pela *formação*, o que muda as condições de existência deste sujeito/pessoa fazendo com que ele compreenda os efeitos de sua ação na sociedade em que desenvolve suas práticas, em que vive, e, inversamente, compreenda e avalie os efeitos da sociedade sobre ele.

⁶Este texto resulta de um processo de reflexão e de práticas que fazem parte de nossa parceria com Eliana Ferreira e sua equipe no NGIME na UFJF/MG, parceria em que desenvolvemos todo um trabalho de pesquisas, discussões teóricas e metodológicas em torno da educação, eu diria da educação social, na formação de professores de alunos considerados como pessoas com deficiência. Programa de trabalho sustentado pela SECADI/MEC.

A formação – e não a capacitação - é que pode dar condições para este espaço politicamente significado da diversidade que se diz, e do sujeito que se re-significa, pelo acesso a outras formulações, a outros processos de produção de sentidos a outras redes de filiação à memória, a outros modos de individuação e identificação.

Como sabemos, a memória discursiva funciona pelo esquecimento: esquecemos a primeira vez que ouvimos a palavra deficiência e, desse modo, cria-se em nós a ilusão de que os sentidos nascem em nós, e que nós é que somos a origem dos sentidos, quando na realidade retomamos sentidos pré-existent. Estes, no entanto, embora pareçam, não são imóveis, nem fixos, a não ser pelo imaginário social que os estabiliza, e as instituições que os cristalizam.

Penso, assim, que, em nossas análises, devemos objetivar a redefinição permanente da estrutura na relação dinâmica com o acontecimento, considerando os processos de identificação dos sujeitos, e a identidade movimentando-se na história. Para isto, temos de atentar para a forma do sujeito histórica (capitalista), seus modos de individuação e a constituição da posição-sujeito pessoa (com ou sem deficiência) no modo como a deficiência vai reverberar sentidos no imaginário social. A começar pela maneira como a escola – enquanto instituição, ou seja, parte do dispositivo de articulação simbólico-político do Estado – é parte desse modo de produção de sentidos, na educação social.

Com efeito, podem-se constituir outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares na formação social (ORLANDI, 2012); ou para que “territórios de existência possam ganhar corpo” (ROLNIK, 1997). E com eles outros sentidos, outras posições sujeito com suas formas de (se) significar.

Sujeitos bem formados: sujeitos que resistem

Podemos afirmar que, nas formas atuais de assujeitamento do capitalismo, há um resto, nas relações dissimétricas, que pode produzir a resistência, não de sujeitos pensados como heróis, mas na divergência desarrazoada de sujeitos que teimam em (r)existir. São sujeitos *bem formados*⁷.

Já a capacitação é própria a uma sociedade que se quer imexível e já feita, em que se evita a formação e, com ela, a compreensão de uma *posição sujeito que resiste*. Este sujeito que objetivamos com a formação é o sujeito não alienado (MARX, 1844), aquele que sabe discernir e reconhecer o conteúdo e o efeito de sua ação interventiva

⁷ Não confundir bem formados com eruditos. A formação tem a ver com as condições reais de existência dos sujeitos e suas necessidades de saber para transformar essas condições.

nas formas sociais. Que “sabe” pensar por si mesmo, tocando o real, no tenso confronto com o imaginário que o determina. Dizer “bem formados” não significa dizer sempre conscientes de sua formação. Como apontamos mais acima, a falha e o equívoco trabalham em permanência esses processos de interpelação ideológica e de individuação pelo Estado, por onde vazam sentidos e posições sujeito irrompem. Ao acaso.

Redefinição de acessibilidade

Podemos, nesse passo de nossa reflexão, retomar duas afirmações que nos permitem re-significar o que é acessibilidade.

Mais acima falamos que a formação pode “constituir outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares na formação social”, e logo depois, retomando o que diz Rolnik (idem), falamos em “constituir outras posições para que territórios de existência possam ganhar corpo”.

Estas afirmações, pensando-se a pessoa com deficiência, nos levam a compreender a *acessibilidade* não como feitura de rampas improvisadas, *reformas* no ensino, *adaptações* nos discursos, mas como *mudança* no modo de significar os indivíduos (outras posições-sujeitos) que possam ganhar corpo no corpo social e ascender a sujeitos históricos com acessibilidade política aos seus modos de vida, a suas práticas significantes, sua existência social.

Com efeito, penso que se conseguirmos propor a formação para que os sujeitos, bem formados, sejam menos “alienados”, menos objetificados, desautorizando, assim, a imposição da capacitação que, na relação do ensino com a sociedade, curvada ao peso da informação, serve a produção de mercado, visando o trabalho no imediato, e não o conhecimento, podemos também fazer movimentar o que se significa por acessibilidade e, em consequência, a “pessoa com deficiência” não ficará submetida a sentidos que não transformam sua relação com o imaginário social e consigo mesma. Nessa perspectiva, não estacionamos apenas no que tem significado a (a)diversidade e podemos aproximar do que seja diferença real das e nas relações sociais. Um ganho, talvez, em direção a outros sentidos não declinados pelo que se significa hoje como “democracia”.

Bibliografia

ACSERD, M. “Por uma visão crítica da noção de minoria”, **Revista Cultural**, vol.1,n.1,jan./junho de 2006.

MARX, K. **Escritos Filosóficos**: www.marxists.org/português/Marx/1844/manuscripto/index.html

ORLANDI, E. P. Ser diferente é ser diferente: a quem serve a noção de minorias? in **Linguagem, Sociedade, Políticas**, Eni P. Orlandi (org.). Univás: RG, 2013.

_____. Formação ou Capacitação: duas formas de ligar sociedade e conhecimento, in **Discursos sobre a Inclusão**, E. L. Ferreira e E. P. Orlandi (orgs), Niterói: Intertexto, 2014.

_____. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito, in **Discurso em Análise – sujeito, sentido, ideologia**, Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. **Les Vérités de La Palice**, Paris: Maspero, 1975.

PFEIFFER, C. Políticas públicas: educação e linguagem, in **Cadernos de Estudos Linguísticos**, vol.53, PP.149/156, Campinas: IEL, 2011.

PFEIFFER, C. “Políticas Públicas de Ensino”, in **Políticas Públicas Urbanas: a fabricação do consenso**, Campinas: Edit. RG, PP.85/99, 2010.

ROLNIK, S. “Esquizoanálise e Antropofagia”, texto apresentado no colóquio **Encontros Internacionais Gilles Deleuze** (Brasil, 10-14 de junho de 1996), 1996.

TOCQUEVILLE, A. de **A Democracia na América**, São Paulo: Editora Itatiaia, 1987, 3ªed.

Data de Recebimento: 01/06//2015

Data de Aprovação: 10/08/2015

Para citar essa obra:

CAMPOS, T. M. Revelando o outro: fotojornalismo e representações da pobreza no sertão. In: **RUA** [online]. n°. 21. Volume 2, p. 187 - 206 - ISSN 1413-2109. Novembro/2015. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.
<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Capa: Disponível em: <http://blog.clickgratis.com.br/uploads/j/JhonatanH/229119.jpg>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEORB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

LABEORB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS
UNICAMP/COCEN / NUDECRI

CAIXA POSTAL 6166

Campinas/SP – Brasil

CEP 13083-892

Fone/ Fax: (19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>